



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28 2021/2021**

**ARP nº 28/2021**

**PROCESSO nº. 0002131-85.2020.6.22.8000 - SEI**

**PREGÃO ELETRÔNICO nº. 16/2021(SRP)**

A **UNIÃO**, através do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede à Avenida Presidente Dutra, nº. 1889, Baixa União, CEP: 76.805-859, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, por intermédio de sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 294.893-SSP/RO e do CPF nº. 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR**, **RESOLVE**, nos termos da Lei 8.666/1993 e do Decreto 7.892/2013, em face das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico supramencionado, **REGISTRAR O PREÇO DOS PRODUTOS ABAIXO DISCRIMINADOS**, conforme descrito no Anexo I do Edital de Pregão respectivo, da licitante **TELEFONICA BRASIL S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº. **02.558.157/0001-62**, com sede a AV. Eng.º Luiz Carlos Berrini, 1376, Cidade Monções. CEP: 04.571-000. São Paulo/SP. Telefone(s): (69) 99914 5542 / (51) 99763-2681 / (51) 99821-5571, e E-mail(s): franciele.caldin@telefonica.com / [claiton.carvalho@telefonica.com](mailto:claiton.carvalho@telefonica.com) / [andressa.mertins@telefonica.com](mailto:andressa.mertins@telefonica.com), neste ato representada pelo senhor **CLAITON MERG CARVALHO**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 5016055898-SSP/RS e do CPF nº. 404.943.900-00 e pela senhora **ANDRESSA SIMONE MERTINS DE OLIVEIRA**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 3079109264-SSP/RS e do CPF nº. 822.144.090-68, doravante denominada simplesmente **ADJUDICATÁRIA**.

**1.1.** Ficam registrados para os itens abaixo especificados os seguintes preços:

Item	ESPECIFICAÇÃO	Unid	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor total R\$
01	<b>Item 04 do Edital.</b> <u>Acesso à internet móvel (banda larga)</u> . Assinatura mensal de linha de dados, com franquia mínima de 100 GB, tráfego ilimitado, com fornecimento de modems 4G, padrão USB	Assinatura	300	89,99	26.997,00



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	2.0 ou superior e SIM CARD, em regime de comodato, para atender as necessidades do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia. (PORTO VELHO). Marca: ZTE. Modelo: PEN Modem ZTE MF79U (LTE Wifi).				
02	<b>Item 05 do Edital.</b> <u>Acesso à internet móvel (banda larga)</u> . Assinatura mensal de linha de dados, com franquia mínima de 10 GB, tráfego ilimitado, com fornecimento de Micro SIM, padrão 4G, compatíveis com os dispositivos móveis, tipo Tablet, de propriedade do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia. (PORTO VELHO). Marca: Sem informação.	Assinatura	900	24,37	21.933,00
<b>Valor Total da ARP, R\$</b>					<b>48.930,00</b>

**1.2.** No Anexo II do instrumento convocatório são apresentados os quantitativos estimados de serviços/materiais, os quais serão contratados de acordo com a necessidade e conveniência do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA.

**1.3.** Os serviços/materiais que vierem a serem contratados serão definidos nas respectivas Notas de Empenho e nos respectivos instrumentos contratuais.

**1.4.** O prazo, o local e a forma de entrega e de disponibilização dos materiais e serviços contratados estará indicado no respectivo instrumento contratual.

**1.5.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica - ou por outros meios previstos na legislação de licitações -, para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**1.6.** A presente Ata de Registro de Preços tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação no órgão oficial da Administração, não podendo ser prorrogada.

**1.7.** A Gestão desta Ata e do Contrato ficará a cargo do titular da Coordenadoria de Segurança, Infraestrutura e Comunicação (COSEIC), e a fiscalização técnica ficará à cargo da Seção de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (SEGOVTIC), ou por quem suas vezes



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

fizerem, cabendo-lhe, nessas condições, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

**1.8.** Não houve adesão ao cadastro reserva desta Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho-RO, 11 de outubro de 2021.

<b>LIA MARIA ARAÚJO LOPES</b> Pelo TRE-RO Órgão Gerenciador	
<b>CLAITON MERG CARVALHO</b> Pela Adjudicatária Fornecedor	<b>ANDRESSA SIMONE MERTINS DE OLIVEIRA</b> Pela Adjudicatária Fornecedor
<i>Fábia Maria dos Santos Silva</i> CPF: 567.849.102-49 Testemunha	



Documento assinado eletronicamente por **CLAITON MERG CARVALHO**, Usuário Externo, em 15/10/2021, às 12:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRESSA SIMONE MERTINS DE OLIVEIRA**, Usuário Externo, em 15/10/2021, às 13:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, Diretora Geral, em 15/10/2021, às 15:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA**, Chefe de Seção, em 15/10/2021, às 16:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ROBERTO CAVALCANTI DA SILVA, Técnico Judiciário**, em 15/10/2021, às 17:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0749202** e o código CRC **715D2F32**.

0002131-85.2020.6.22.8000

PROCESSO: 0002131-85.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (STI)

ASSUNTO: Final de Pregão Eletrônico - RP – Serviço Móvel Pessoal - SMP (Móvel-Móvel, Móvel-Fixo e dados), nas modalidades Local e Longa Distância Nacional (LDN) – **Análise**.

**PARECER JURÍDICO Nº 159 / 2021 - PRES/DG/AJDG**

**I - RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado pela **Seção de Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação – SEGOVTIC**, com o objetivo da **contratação de Serviço Móvel Pessoal - SMP (Móvel-Móvel, Móvel-Fixo e dados)**, nas modalidades Local e Longa Distância Nacional (LDN), a ser executado de forma contínua, via Sistema de Registro de Preços, a fim de atender as necessidades deste TRE/RO, consoante o Termo de Abertura ([0562470](#)).

**02.** Após regular tramitação do Pregão Eletrônico nº 13, o procedimento restou deserto para os itens 1, 2, e 3, e fracassado para os



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

demaís itens 4 e 5, conforme registro na Ata do Pregão ([0736277](#)), Relatório do Pregoeiro ([0736304](#)) e publicação do resultado ([0737607](#)).

**03.** Em vista do resultado a unidade COSEIC se manifestou ponderando pela realização de novo certame licitatório para contratação do objeto pretendido, por não haver prejuízos para a Administração Pública, considerando a prorrogação do contrato atual de telefonia móvel do TRE-RO ([0738245](#)).

**04.** Recepcionado os autos e considerando a manifestação da unidade COSEIC, o secretário da SAOFC se manifestou em caráter de urgência da seguinte forma:

Considerando as razões expostas na referida Manifestação, considerando que não haverá alterações nas peças técnicas/processuais já submetidas para análise, **AUTORIZO** a realização de novo certame licitatório para fins de Contratação dos itens 1, 2 e 3 que restaram desertos e para os itens 4 e 5 que restaram fracassados, aproveitando todos os atos praticados nestes autos em respeito ao princípio da economia processual e da eficiência na Administração Pública.

À SLC, para adotar as providências necessárias objetivando atender a demanda em questão.

**Concomitantemente,**

À COSEIC, para acompanhar e prestar auxílio técnico no que for necessário.

**05.** Nessa linha de reflexão vieram aos autos o instrumento convocatório - Edital de Pregão Eletrônico SRP nº 16 e seus Anexos ([0739478](#)), e os documentos comprobatórios de sua divulgação juntados no evento ([0739766](#)).

**06.** Foram apresentados 2 (dois) pedido de esclarecimento ([0742726](#) e 0743708) e não houve impugnação ao Edital.

**07.** Na sequência, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) Relatório de propostas Comprasnet ([0744989](#));

b) **Proposta da** empresa TELEFÔNICA BRASIL S/A - CNPJ/MF Nº 02.558.157/0001-62 (evento [0745060](#)).

c) **Documentos de habilitação** da empresa TELEFÔNICA BRASIL S/A - CNPJ/MF Nº 02.558.157/0001-62 ([0745063](#), [0745065](#), [0745067](#), [0745069](#) e [0745070](#)).

**08.** Solicitação de análise técnica pela SLC ([0745072](#) e [0745658](#)) a COSEIC, quanto aos documentos de habilitação e aceitação dos itens 4 e 5 que tiveram seus preços reduzidos pela única



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

licitante do certame - TELEFÔNICA BRASIL S/A. Em resposta a unidade solicitante da contratação se manifestou pela regularidade dos documentos de habilitação e aceitação das propostas apresentadas para os itens 4 e 5 ([0745384](#) e [0745665](#)).

**09.** Na continuidade, o Pregoeiro trouxe aos autos a Ata do Certame ([0745797](#)); o Resultado por Fornecedor ([0745798](#)) e o Termo de Adjudicação ([0745800](#)). O resultado do julgamento foi publicado no Diário Oficial da União n. 158 e no Diário da Justiça Eleitoral n. 189, do dia de hoje, 05/10/2021 ([0746785](#)).

**10.** Por fim, em seu relatório ([0745716](#)), o Pregoeiro relata as principais ocorrências do certame, manifestando-se pela homologação, nos termos da adjudicação realizada ([0745800](#)).

**11.** Assim instruídos, vieram os autos para análise desta Assessoria. **É o necessário relato.**

## **II – ANÁLISE JURÍDICA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2021**

**12.** Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 4º, inc. V, da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado Decreto ([0739766](#)).

**13.** Na publicação do aviso consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 4º, inc. II, da Lei nº 10.520/2002.

**14.** Destarte, passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

### **I – Pedido de esclarecimentos e impugnação ao Edital:**

Foram apresentados dois pedidos de esclarecimento ([0741925](#) e [0743324](#)) e não houve impugnação ao Edital.

Considerando que os esclarecimentos do Pregoeiro estão devidamente fundamentados, esta AJDG não observou nenhuma





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ressalva a fazer, pois em nenhuma das situações observou-se a necessidade de alteração do Edital ([0742726](#) e [0743708](#)).

**II - Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital:** Não houve.

**III – Lances:** Os lances estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0744989](#)) e na ata do certame ([0745797](#)). Não houve recusa de lances.

**IV - Fases de negociação/aceitação:** As ocorrências estão registradas na ata do certame ([0745797](#)) e relatadas pelo Pregoeiro ([0745716](#)). As justificativas apresentadas demonstram que o Pregoeiro, acertadamente, aplicou de forma objetiva os critérios de aceitação de propostas estabelecidas no instrumento convocatório.

**V - Item deserto:** Para o item 1 não houve interessados.

**VI – Item fracassado:** Os itens 2 e 3 restaram fracassados, a única licitante ofereceu preço acima do estimado, negociação infrutífera.

**VII – Fase de Habilitação:** a licitante habilitada pelo Pregoeiro para os itens 4 e 5 - empresa **TELEFÔNICA BRASIL S.A (VIVO)**, CNPJ Nº **02.558.157/0001-62**, atendeu aos requisitos de habilitação demonstrados através das documentações juntadas ao feito ([0745063](#), [0745065](#), [0745067](#), [0745069](#) e [0745070](#)).

**VIII – Recursos:** Não houve.

**15.** Observa-se que os prazos recursais se encontram vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei nº 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, **hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado às empresas vencedoras.**

**16. Destarte,** evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e da Lei nº 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

**17.** É importante registrar que, mesmo restando **deserto o item 1 e fracassados os itens 2 e 3** na licitação, o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, bem como **transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0745797](#)). Desta forma, para resolução do fracasso da licitação



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

tem-se as seguintes opções: repetição do certame licitatório ou contratação direta por dispensa de licitação.

**18. Caso não haja prejuízo, em razão da demora, de outro procedimento licitatório, a Administração poderá pleitear a repetição do certame.** Nesse caso específico a COSEIC deverá se manifestar acerca da repetição do certame. Considerando as justificativas apresentadas por esta unidade técnica solicitante da aquisição, **poderá** afigurar-se inviável a repetição do certame sem o risco de prejuízos. Dessa forma, será analisada a possibilidade de contratação direta prevista no **inciso V do artigo 24 da Lei nº 8.666/93**, que trata de licitações desertas e fracassadas.

**19.** Sobre o tema, é importante observar o que preceitua o **referido dispositivo legal**, que estabelece ser **dispensável a licitação** quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração Pública, **mantidas**, nesse caso, todas as **condições preestabelecidas**.

**20.** O entendimento de que os casos de ausência de licitantes interessados a que alude o art. 24, V, da Lei nº 8.666/93 **abarca tanto as situações de licitações com itens desertos quanto às licitações com itens fracassados** ancora-se no escólio de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, o qual afirma que “**não se pode acolher como interessado àquele que comparece sem ter condições jurídicas para contratar**” ou, ainda, aquele que “**formula proposta que não atende aos requisitos do ato convocatório, ou vem a ter desclassificada sua proposta**, na forma do art. 48 da Lei nº 8.666/93” (sem grifo no original).

**21.** A respeito da admissibilidade de aplicação da dispensa citada, veja-se abaixo o posicionamento da Corte de Contas Nacional com relação a este tema:

Observa a Unidade Técnica que, de fato, o autor citado entende como desinteresse pela licitação os casos de não acudirem licitantes, ou todos serem desqualificados ou nenhuma proposta classificada como se lê na sua obra *Direito Administrativo Brasileiro*, Malheiros, 26ª ed., p.264. No entanto, observa que a doutrina diferencia licitação deserta de fracassada, no dizer de Zanella Di Pietro, em *Direito Administrativo*, Atlas, 14ª ed., p. 313 e em face da divergência doutrinária procurar arrimo na jurisprudência prevalecente desta Corte de Contas onde se busca o fundamento jurídico último, a ratio juris do inciso V do art. 24 da Lei na 8.666/1993, que é obstar a ocorrência de algum prejuízo à Administração por conta da injustificada repetição de um procedimento licitatório, autorizando-se a contratação direta quando a licitação anteriormente realizada, por razões alheias à ação do Poder Público, não logra êxito. Mesmo assim, defende que essa alegada possibilidade de ocorrência de prejuízo à Administração por conta da repetição do certame, assim como a presumível eliminação daquele prejuízo com a imediata contratação direta, ou mesmo por que não se iniciou o procedimento licitatório anteriormente, deverá





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

estar convincentemente demonstrada por parte do órgão desejoso de contratar, visto ser isso o que inequivocamente deflui do preceito legal em comento ao aludir à licitação que, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração. **Acórdão 551/2002 Segunda Câmara (Relatório do Ministro Relator).**

**22.** Nesse contexto, essa dispensa estaria, ainda, respaldada nos princípios do interesse público, da economicidade e da eficiência, pois se a Administração efetivar todas as tentativas para obter sucesso em sua licitação e, mesmo assim, esta não seja concretizada, o serviço público não pode ser prejudicado, sendo possível a aplicação da dispensa.

**23.** Ainda, conforme o magistério do doutrinador citado, a aplicação de dispensa de licitação capitulada no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, requer o atendimento de 05 (cinco) requisitos serem observados pela administração, se persistir interesse na aquisição/contratação:

- a) ocorrência de licitação anterior;
- b) ausência de interessados;
- c) risco de prejuízo caracterizado ou demasiadamente aumentado pela demora decorrente de processo licitatório;
- d) evitabilidade do prejuízo mediante contratação direta e;
- e) manutenção das condições ofertadas no ato convocatório anterior.

**24.** Reforça-se que todos os requisitos deverão ser devidamente preenchidos e estar criteriosamente informados nos autos, de modo que se possa fundamentar a contratação direta.

**25.** Nesse sentido, escorado no entendimento ampliativo da Corte de Contas, **se assim entender a Administração**, há possibilidade jurídica de enquadrar a contratação pretendida sob o pálio do **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, **ressaltando que a Administração deverá validar a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame.** De toda forma, optando pela contratação direta, deverão ser observadas todas as condições estabelecidas no certame preambular, notadamente o preço estimado para a contratação. **A este respeito, Decisão TCU nº 103/1998 – Plenário e Acórdão TCU nº 2219/2010-Plenário.**

## **III – DA CONCLUSÃO**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**26. Ante o exposto**, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame**, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação (**0745800**), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, nos moldes já especificados.

**27.** Reafirmar-se a possibilidade de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta dos itens fracassados com base no **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, ou realizar o cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos, ou ainda, se assim convier, a construção de um novo certame para os objetos dos itens deserto e fracassados.

**28.** Por derradeiro, a Administração deverá **justificar** a necessidade da contratação imediata ou se a repetição do certame poderá acarretar eventual prejuízo ao andamento dos serviços. Ademais, recomenda-se que o Administrador investigue as causas pelas quais a disputa não logrou êxito com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital, nas especificações do objeto, ou na pesquisa de preços realizada.

Submete-se à consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 05/10/2021, às 14:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0747020** e o código CRC **53B2DC47**.

0002131-85.2020.6.22.8000

PROCESSO: 0002131-85.2020.6.22.8000



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**INTERESSADO: Seção de Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação – SEGOVTIC**

**ASSUNTO:** Homologação do Pregão Eletrônico n. 16/2021 - Contratação de Serviço Móvel Pessoal - SMP (Móvel-Móvel, Móvel-Fixo e dados), nas modalidades Local e Longa Distância Nacional (LDN).

**DESPACHO Nº 1349 / 2021 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo instaurado pela **Seção de Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação – SEGOVTIC**, com o objetivo da **contratação de Serviço Móvel Pessoal - SMP (Móvel-Móvel, Móvel-Fixo e dados)**, nas modalidades Local e Longa Distância Nacional (LDN), a ser executado de forma contínua, via Sistema de Registro de Preços, a fim de atender as necessidades deste TRE/RO, consoante o Termo de Abertura ([0562470](#)).

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para análise final do processo licitatório, com vistas à homologação do Pregão Eletrônico nº 16/2021 ([0739418](#)).

O Pregoeiro trouxe aos autos relatório de propostas ([0744989](#)), a Ata do Certame ([0745797](#)), termo de adjudicação ([0745800](#)) e publicação do resultado no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral ([0746785](#)). Por fim juntou o Relatório nº 34/2021 - PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0745716](#)), expondo as principais ocorrências do certame, e encaminhou os autos à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral para análise.

Houve dois pedidos de esclarecimento, ambos devidamente respondidos ([0742726](#) e [0743708](#)). Não houve impugnação ao edital ou intenção de recurso no curso do certame.

Cumpridas as fases de julgamento de propostas e habilitação, o Pregoeiro declarou vencedora do certame a licitante TELEFONICA BRASIL S.A., CNPJ 02.558.157/0001-62, itens 4 e 5 ([0745798](#)). O item 1 restou deserto e os itens 2 e 3 fracassados. Não havendo registro de intenção de recurso, o Pregoeiro adjudicou o objeto à vencedora. Valor total adjudicado R\$ 48.930,00 (quarenta e oito mil novecentos e trinta reais).

Mediante o Parecer Jurídico nº 159/2021 ([0747020](#)), a Assessoria Jurídica opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0745800](#)), com fundamento no



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02 e pela possibilidade de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta do item deserto e dos itens fracassados com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, ou realizar o cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos. Por fim, ressaltou que a Administração deverá **justificar** a necessidade da contratação imediata ou se a repetição do certame poderá acarretar eventual prejuízo ao andamento dos serviços. Além disso, recomenda que o Administrador investigue as causas pelas quais a disputa não logrou êxito com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital ou nas especificações do objeto.

Constata-se que foram obedecidos os procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

Observa-se que, embora tenham restados deserto e fracassados os itens supramencionados, o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0745797](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, **HOMOLOGO O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO n. 16/2021**, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, consoante Termo de Adjudicação ([0745800](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

À SEGOVTIC para se manifestar sobre a contratação direta do item deserto e dos itens fracassado, com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, **demonstrando a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame** ou realizar o cadastramento dos referidos itens no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos, conforme recomendação contida nos itens 26 e 27 do Parecer Jurídico nº 159/2021 ([0747020](#)).

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 07/10/2021, às 11:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0747460** e o código CRC **ECF0BACB**.

0002131-85.2020.6.22.8000